

A AUTORIA NO CONTEXTO ACADÊMICO: UMA QUESTÃO DE PROSÓDIA

Juliana Pereira Souto BARRETO* - UNICAP

RESUMO: Este estudo visa identificar aspectos da entoação no contexto acadêmico que justifiquem uma relação valorativa entre autoria e prosódia. O trabalho se fundamenta no conceito de Autoria de Bakhtin e na Teoria Interacional da Entoação de David Brazil. Conclui-se que há a necessidade do professor em lidar com a linguagem, enfatizando a prática de um discurso orientado responsivo. Propõe-se a construção de discursos mais apreciativos e menos significativos que auxiliem na focalização do sentido dos conteúdos abordados em sala. O professor deve adquirir o poder de exercer seu discurso autenticamente, produzindo mais do que reproduzindo conhecimento no contexto acadêmico.

Palavras-chave: Linguagem. Autoria. Prosódia. Entoação. Contexto Acadêmico.

ABSTRACT: This study aims to identify intonation aspects in the academic context which justify an evaluative relationship between authorship and prosody. This work is based on Bakhtin's authorship concept and on David Brazil's Interactional Intonation Theory. We conclude that there is a need for teachers to deal with language, emphasizing the practice of a responsive oriented speech. It is proposed to produce more appreciative and less significant speeches in order to help focusing the direction of the content covered in class. The teacher must acquire the power to exercise his speech authentically, producing more than reproducing knowledge in the academic context.

Key words: Language. Authorship. Prosody. Intonation. Academic Context.

1 Introdução

O percurso investigativo deste trabalho tem por objetivo buscar compreender de que forma o falante imprime autoria ao seu discurso, tomando como base os preceitos sobre autoria apresentados em textos bakhtinianos. Assim, nos detemos em tentar responder as seguintes questões: há autoria na prosódia? De que forma podemos identificar a presença da autoria na prosódia? E, por fim, o que caracteriza a presença da autoria na prosódia?

A importância dada pelos professores à linguagem utilizada por eles em salas de aula se torna relevante, pois investigando as marcas do discurso docente podemos encontrar indícios que nos dão pistas de como esses professores se apropriam do conteúdo, ou seja, do texto científico, para comunicá-los em suas produções orais em salas de aula.

Aprofundar o conhecimento das relações identificatórias que se estabelecem entre sujeitos por meio da escolha de uma linguagem nos permite delinear, de maneira mais clara, como acontece o processo de utilização de determinado discurso em sala de aula, desenvolvendo uma compreensão mais apurada em relação à linguagem produzida no meio acadêmico, ou seja, a construção de sentido que se faz a partir das escolhas, aqui, entendidas como constitutivas do discurso.

Assim, entendemos que as palavras da língua não pertencem a ninguém, mas obtemos acesso a elas porque as ouvimos em determinados contextos, em enunciações individuais, singulares e particulares de cada enunciado. Uma palavra não é própria de ninguém, mas esta mesma palavra pode encontrar-se mais apropriada a um enunciado do que a outro.

Portanto, procurando estabelecer uma relação coerente entre autoria e prosódia, bem como quanto à relevância do som para a linguagem no ensino, buscou-se ver de que forma estaria a prosódia vinculada ao conceito de autoria estabelecido por Bakhtin.

2 Autoria e prosódia

Para o estudioso, “encontramos autor (percebemos compreendemos, sentimos, temos a sensação dele) em qualquer obra de arte” (BAKHTIN, 2003, p. 314). Essa imagem de autor, de que nos fala Bakhtin, é na verdade um conjunto de obras, artes, vozes, entre tantas outras coisas, representado por um único sujeito, que imprime a esse ato uma constituição de autoria, justamente por estabelecer uma relação com todas as informações que traz em sua bagagem de vida, a qual consegue representar em uma única imagem criadora.

* jpsbarreto@hotmail.com

Na relação criadora com a língua não existe palavra sem voz, palavras de ninguém. Em cada palavra há vozes às vezes infinitamente distantes, anônimas, quase impessoais (as vozes dos matizes lexicais, dos estilos, etc.), quase imperceptíveis, e vozes próximas, que soam concomitantemente (BAKHTIN, 2003, p. 330).

Um dos conceitos centrais do pensamento bakhtiniano é o de que é a voz que vai permitir definir, a partir do dialogismo, a polifonia da palavra. A voz parece nos levar a perceber que ela, por si só, responde pela compreensão da representação de todas as vozes constituídas na concepção adquirida por uma única voz final, irrepitível, inconfundível e, portanto, portadora de autoria.

O que, em certo sentido, está de acordo com o que comenta Brazil (1985) sobre o sentido da compreensão da entoação, quando nos diz que o significado é constituído pelo “valor comunicativo” que, por sua vez, não é definido por respostas de caráter gramatical, mas pelo momento exato da enunciação, quando o falante consegue classificar o valor da experiência comunicativa ao longo da interação com os seus interlocutores (BRAZIL, 1985, p. 05).

Com isso, o autor assume que a entoação, juntamente com a análise discursiva, deve buscar um sentido mais significativo para o objeto de estudo das análises entoacionais do que os apresentados com base em modelos de sentenças já pré estabelecidas. Brazil (1985) enfatiza, ainda, que não se deve postular uma linha divisória entre semântica e pragmática, uma vez que a pragmática envolve a parte do sentido da comunicação que somente pode ser explicada pelo contexto situacional, no qual todos os aspectos da manifestação do comportamento pragmático da linguagem devem ser levados em consideração (BRAZIL, 1985, p. 06).

Dentro desse universo polifônico, Bakhtin reinventa o conceito de voz quando o introduz em sua análise da entoação, reestabelecendo uma ligação entre intenção comunicativa, palavra, voz e autoria em sua interpretação sobre entoação. Qual seria a natureza dessa relação?

3 A natureza da relação entre autoria e prosódia

Para Bakhtin, não há enunciado dotado de significado ou mesmo representável sem uma avaliação da situação social que permite a veiculação desse enunciado. Se “a entonação estabelece um vínculo estreito da palavra com o contexto extraverbal” (BAKHTIN, 2003, p. 449), então a entoação prevalece sobre os outros componentes do enunciado que, por sua vez, são movidos por elementos extralinguísticos, que precisam da entoação para significar algo.

No entanto, Bakhtin ressalta que a oração, enquanto unidade da língua, apresenta características de uma entoação gramatical específica e não uma entoação expressiva. O autor nos diz que as orações se situam, basicamente, entre as entoações gramaticais específicas, como a entoação de acabamento, a explicativa, a disjuntiva, a enunciativa, etc., cabendo, ainda, um papel especial à entoação narrativa, à interrogativa e à exclamativa. Porém, para o autor, a análise da oração de acordo com a entoação gramatical específica não basta para adquirir expressividade no sentido preciso do termo, já que “a oração só adquire entonação expressiva no conjunto do enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 296).

Portanto, o elemento expressivo é uma peculiaridade constitutiva do enunciado. O sistema da língua é dotado das formas necessárias (isto é, dos meios linguísticos) para emitir a expressão, mas a própria língua e as suas unidades significativas – as palavras e orações – carecem de expressão pela própria natureza, são neutras. Por isso, servem igualmente bem a quaisquer juízos de valor, os mais diversos e contraditórios, a quaisquer posições valorativas (BAKHTIN, 2003, p. 296).

Dessa forma, Bakhtin desqualifica a distinção entre entoação sintática e entoação expressiva, defendendo que, por um lado, a noção de entoação sintática não é satisfatória, uma vez que isola um fragmento da língua, analisando-o separadamente do seu contexto social; por outro, a entoação, sendo essencialmente expressiva, não deve se restringir a uma categoria em particular. Dentro dessa concepção considerada dominante, tudo o que determina o enunciado fica resumido ao seu estilo e a sua composição.

Bakhtin organiza sua análise da entoação baseada na ideia de que esta ocorre sob a influência mútua de três atores: o locutor/autor, o ouvinte/leitor e o objeto do enunciado (BAKHTIN, 2003, p. 297). A partir da interação contínua desses três elementos é que se define a entoação que vai promover a compreensão social do enunciado. A entoação torna-se, então, ponto de articulação, a mediação primeira entre esses três atores.

A expressão do enunciado nunca pode ser entendida e explicada até o fim levando-se em conta apenas o seu conteúdo centrado no objeto e no sentido. A expressão do enunciado, em maior ou menor grau, *responde*, isto é, exprime a relação do falante com os enunciados do outro, e não só a relação com os objetos de seu enunciado (BAKHTIN, 2003, p. 297-298, grifos do autor).

Para o autor, a entoação é particularmente sensível e sempre indica o contexto. A entoação é responsável por promover o lugar de memória e o lugar de encontro. Lugar de memória acústica e social, uma vez que tanto o locutor/autor quanto o ouvinte/leitor estão impregnados de entoações, ao mesmo tempo que reflete o grupo social ao qual pertencem. Lugar de encontro, já que a entoação é o resultado, além do objeto do enunciado; é o cruzamento desta com sua respectiva entoação.

Bakhtin vai mais além, quando diz que o discurso do outro “tem uma dupla expressão: a sua, isto é, a alheia, e a expressão do enunciado que escolheu esse discurso” (BAKHTIN, 2003, p. 299), articulando a entoação do enunciado citado verbalizado ao enunciado mental, sem que, por isso, sua constituição seja alterada. Visto que, por mais monológico que seja o enunciado, por mais centrado no conteúdo que esteja, o enunciado irá se pronunciar de acordo com uma entoação que veicule sentido, expressão, estilo, ou seja, os matizes mais sutis que integram sua composição.

A exemplo de tais matizes, temos que, “matizes mais sutis do estilo são determinados pela índole e pelo grau de proximidade *pessoal* do destinatário em relação ao falante nos diversos gêneros” (BAKHTIN, 2003, p. 303, grifos do autor), isto é, o autor/falante percebe o seu destinatário em maior ou menor grau, o que sugere uma autenticidade especial ao enunciado.

O enunciado é, portanto, repleto de entoações dialógicas, as quais devem ser levadas em conta para que seja possível uma compreensão plena, uma vez que “a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com o pensamento dos outros” (BAKHTIN, 2003, p. 298), de maneira que se torna inevitável identificar o reflexo dessas interações também nas formas de expressão verbalizadas pelo pensamento e pela intencionalidade.

Para Bakhtin, “o enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2003, p. 300). Esses elos precedentes dizem respeito aos diferentes pontos de vista, visões de mundo e correntes expressas em enunciados que são anteriores ao enunciado final verbalizado, o qual se relaciona não só com o seu objeto, o conteúdo, mas também com o discurso do outro sobre ele.

Dessa forma, o enunciado final verbalizado não está ligado apenas aos elos precedentes, mas, também, se vincula aos elos subsequentes gerados por essa comunicação discursiva. Em princípio, quando o autor/falante pensa em seu enunciado, os elos subsequentes não existem. No entanto, ao ser verbalizado, o enunciado se constrói, levando em conta as atitudes responsivas de seus ouvintes/leitores, bem como a essência, em prol da qual o enunciado é criado, isto é, os elos subsequentes. Sendo assim, os elos subsequentes dizem respeito às formas que o enunciado tomará para os seus ouvintes/leitores.

De fato, o ouvinte/leitor pré determina não só o conteúdo e a forma como também o ato de consciência do autor/leitor dentro da entoação mental. Assim, o ato de consciência, não podendo produzir-se sem discurso interior – e, portanto, sem palavras e entoação –, está intrinsecamente inscrito em uma relação dialógica e de avaliação social estabelecida entre seus interlocutores.

Dessa forma, a própria natureza da interação é primeira e, imediatamente, de ordem da entoação. O espaço utilizado pelo texto, seja ele oral ou escrito, introduz o autor/leitor em um universo vocal/acústico – ou seja, próprio da prosódia –, em que o uso da voz exprime a avaliação social do contexto como um todo.

A partir dessa tentativa inicial em elucidar os aspectos prosódicos inscritos em textos bakhtinianos, procuraremos, em seguida, aproximar tais aspectos à ideia de autoria também apresentada pelo mesmo autor. Conforme já mencionamos, o papel do outro, ou seja, para quem se constrói o enunciado, é de fundamental importância, uma vez que esse outro não é considerado um ouvinte passivo, mas um participante ativo da comunicação discursiva. O autor/falante sempre está a espera de uma compreensão ativa do seu interlocutor como resposta ao seu discurso. “É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta” (BAKHTIN, 2003, p. 301).

É também, exatamente, no encontro com essa resposta quando se dá a autoria, uma vez que é para “esses outros, para os quais o meu pensamento *pela primeira vez* se torna um pensamento real (e deste modo também para mim mesmo)” (BAKHTIN, 2003, p. 301, grifo nosso), que o enunciado é proferido.

Ao antecipar a resposta do outro, o autor/falante imprime autoria ao seu enunciado. Essa resposta antecipada exerce uma influência decisiva sobre o enunciado. O autor/falante é capaz de fornecer respostas prontas às objeções que prevê, apelando para toda espécie de subterfúgios. Tais subterfúgios estão relacionados ao que compreendemos ser os aspectos prosódicos investidos no enunciado pelo autor/falante.

De acordo com Bakhtin (2003), “a consideração do destinatário e a antecipação da sua atitude responsiva são frequentemente amplas, e inserem uma *original dramaticidade* interior ao enunciado” (p. 302, grifo nosso).

Assim, todas as considerações levantadas pelo autor/falante, ao escolher por uma determinada maneira de dirigir a voz ao seu interlocutor, irão determinar a ativa compreensão responsiva do seu enunciado pelo ouvinte, determinando também a escolha do gênero do enunciado, a escolha dos procedimentos composicionais e, por último, a escolha dos meios linguísticos, isto é, do estilo impresso aos aspectos suprassegmentais da fala, ou seja, aos aspectos prosódicos do enunciado.

Dessa forma, podemos dizer que todo enunciado possui autor e, portanto, autoria na medida que possui um destinatário vislumbrado. O direcionamento do enunciado, o seu endereçamento a alguém, o torna único e irrepetível, porque revela, de maneira excepcionalmente clara, a dependência do estilo em vista de uma determinada sensação de compreensão do destinatário por parte do autor/falante.

Para Bakhtin (2003), a estilística tradicional mostra-se deficitária e limitada tendo em vista que,

[...] procura compreender e definir o estilo apenas do ponto de vista do conteúdo do objeto, do sentido do discurso e da relação expressiva do falante com esse conteúdo. Sem levar em conta a relação do falante com o *outro* e seus enunciados (presentes e antecipáveis) (BAKHTIN, 2003, p. 304, grifos do autor).

Entretanto, os chamados estilos neutros “pressupõem uma espécie de triunfo do destinatário sobre o falante, uma unidade dos seus pontos de vista, mas essa identidade e unidade custam quase a plena recusa à expressão” (BAKHTIN, 2003, p. 304), uma vez que, o objetivo de exposição desses estilos neutros está concentrado no seu objeto do discurso.

Embora esses estilos envolvam, apesar de tudo, uma determinada concepção do seu destinatário, essa concepção é levada em conta de modo vago, indeterminado e abstrato em seu aspecto expressivo. Da mesma forma, a expressão do falante é vista como mínima e sem relevância.

Essa expressividade descrita por Bakhtin (2003) como sendo neutra e centrada no objeto do discurso está em perfeito acordo com o que apresenta Brazil (1985) sobre “orientação oblíqua” que se baseia unicamente em aspectos da língua e é caracterizada por tons neutros. Em um discurso de orientação oblíqua o autor/falante não faz qualquer projeção quanto ao contexto em que tal discurso se insere.

Da mesma forma, a escolha pela utilização de um tom neutro caracteriza o discurso como sendo de orientação oblíqua. A decisão do autor/falante baseia-se apenas em sua apreensão da organização sintática linguística sobre um determinado item, não assumindo uma identificação com o contexto de interação ou com o estado em que se encontra o ouvinte, bem como com o que possa resultar dessa comunicação (BRAZIL, 1985, p. 205).

A partir de tais observações, podemos assumir que os estilos neutros resultam em uma orientação oblíqua do discurso, em que o falante fica absolvido de qualquer responsabilidade sobre aquilo que é dito, sendo apenas um meio de transição e articulação entre o que precisa ser dito, informado, com o que é dito e informado.

Cabe ainda observar que, paralelamente a essa diversidade de concepção do destinatário, a qual determina o estilo dos enunciados, ainda existem formas convencionais ou semi convencionais de apelo aos ouvintes, assim como existem imagens convencionais ou semi convencionais de autores.

A imensa maioria dos gêneros literários é constituída de gêneros secundários, complexos, formados por diferentes gêneros primários transformados (réplica do diálogo, relatos cotidianos, cartas, diários, protocolos, etc.). Tais gêneros secundários da complexa comunicação cultural, em regra, *representam* formas diversas de comunicação discursiva primária. Daí nascem todas essas personagens literárias convencionais de autores, narradores e destinatários. Entretanto, *a obra mais completa* e pluricomposicional do gênero secundário no seu todo (enquanto todo) *é o enunciado único e real, que tem autor real e destinatários realmente*

percebidos e representados por esse autor (BAKHTIN, 2003, p. 305, grifos do autor e grifos nosso).

Portanto, o endereçamento, o direcionamento do enunciado torna-se uma peculiaridade constitutiva desse enunciado, sem o qual não poderia haver enunciado. As formas de direcionamento do enunciado determinam os diferentes gêneros do discurso. Ainda assim, os diferentes gêneros do discurso necessitam das unidades significativas da língua, ou seja, as palavras e as orações, que, por sua vez, se incorporam ao enunciado envolvido em um determinado contexto para que realmente esses gêneros do discurso possam vir a significar algo.

Assim, a análise estilística, que tem por objetivo contemplar todos os aspectos do estilo, só é possível por meio da identificação da expressão do direcionamento desse enunciado. Tal direcionamento pode ser descrito e caracterizado pela identificação dos aspectos prosódicos que fazem parte da cadeia da comunicação discursiva real.

Tendo identificado de que forma o falante imprime autoria ao seu discurso, isto é, a seu enunciado, tomando como base os preceitos sobre autoria apresentados em textos bakhtinianos, passemos agora à identificação dessa autoria em elementos prosódicos. Ou seja, há autoria na prosódia? De que forma podemos identificar a presença da autoria na prosódia? E, por fim, o que caracteriza a presença da autoria na prosódia?

4 Há autoria na prosódia?

Para respondermos a tais questões, recorremos à descrição de tons apresentada por David Brazil e registrada, de maneira mais enfática, nos capítulos quatro e cinco do seu livro, intitulado, *The communicative value of intonation in english*, publicado em 1985, já mencionado nesse trabalho.

Ressaltamos, ainda, que foi preciso ser feita uma adaptação quanto à leitura e interpretação dos textos aqui mencionados, uma vez que os mesmos foram, em princípio, elaborados com vistas à língua inglesa. No entanto, acreditamos que tal adaptação não altera de maneira significativa a intenção original de Brazil quanto à veiculação de suas ideias primeiras, mesmo que essas ideias sejam, agora, adaptadas à realidade a qual queremos enfocar, ou seja, a linguagem produzida pelo professor/autor/falante, dentro do contexto de sala de aula, em instituições de ensino superior.

De acordo com Brazil (1985), a descrição dos cinco tipos de tons constitui o confronto do falante com a escolha entre cinco maneiras distintas de fazer uso da unidade tonal ao proferir uma fala. A descrição dessa característica está associada a um valor comunicativo em particular com o qual cada tom assume, para todas as ocorrências em que determinado tom é utilizado. (BRAZIL, 1985, p. 104).

Os dois tons mais frequentemente encontrados em muitos tipos de discursos são os descendente (↘) e descendente ascendente (↗). Muito informalmente, podemos dizer que o constituinte que possui um tom descendente ascendente (↗) já se encontra inscrito no interior do discurso, e que se trata de assunto falado, discutido. Já o constituinte que possui um tom descendente (↘) diz respeito a uma informação nova, introduzida na conversação (BRAZIL, 1985, p. 106).

É o tom descendente ascendente (↗) que faz referência a algo já mencionado anteriormente, ao passo que o tom descendente (↘) anuncia, proclama uma informação nova (BRAZIL, 1985, p. 107). Portanto, é dado ao primeiro, o nome de “tom referente”, representado pelo símbolo (r) e ao segundo, o nome de “tom proclamador”, representado pelo símbolo (p).

A partir dessa colocação sobre o que caracteriza a oposição entre tais tons, podemos refletir sobre o que, de fato, acontece quando o falante escolhe usar um tom referente (r) ou um tom proclamador (p). A diferença entre o que o falante faz quando ele “refere” e o que ele faz quando ele “proclama”.

Podemos dizer que uma primeira resposta para tal pergunta está em estabelecer a ideia de que entre falante e ouvinte sempre existe o espaço em que se localiza um conhecimento partilhado, quando falante e ouvinte dividem um conhecimento comum (BRAZIL, 1985, p. 109).

Portanto, quando o falante associa um tom referente (r) ao seu discurso, ele está indicando que esta parte do seu discurso não irá alterar de maneira alguma o espaço reservado ao conhecimento partilhado, ao passo que ao associar um tom proclamador (p) ao seu discurso, o falante declara sua expectativa em aumentar a área de convergência de conhecimentos partilhados entre falante e ouvinte.

Assim, a oposição entre (r) e (p) está em dizer algo que o ouvinte já não soubesse anteriormente. No entanto, o falante pode, legitimamente, reconhecer que o que está em jogo, ou seja, o assunto em discussão, não está limitado ao que foi mencionado anteriormente. Essa é a maneira pela qual o falante se utiliza para

garantir um foco de interesse antes de dizer aos ouvintes o que eles supostamente não conhecem (BRAZIL, 1985, p. 110).

Aos tons referente (r) e proclamador (p), são acrescentadas versões alternativas indicadas por (r+) e (p+), as quais representam o tom ascendente (↗) e o tom ascendente descendente (↘), respectivamente (BRAZIL, 1985, p. 128). Essas versões alternativas dos tons mais frequentemente identificados estão associadas a um entendimento geral de que existe um determinado participante no controle do discurso ao longo de todo o desenvolvimento do mesmo. A existência de um falante que se estabelece como dominante do discurso acontece em alguns eventos específicos.

A sala de aula representa um desses eventos específicos em que se configura um entendimento geral da existência de um sujeito que é tido como dominante do discurso em questão. Pressupõe-se um direito, investido na figura do professor, pela tradição e pela experiência, que determina quem pode falar e quando pode falar, além de estabelecer limites sobre o que pode ser dito (BRAZIL, 1985, p. 129).

Tudo isso faz com que a figura do professor ocupe um papel reconhecidamente de dominância dentro do evento de sala de aula. No entanto, é claro que diferentes abordagens utilizadas pela figura do professor podem resultar no que grande parte das pessoas reconheceria como diferenças significativas dentro dos padrões que foram esboçados aqui.

Ainda assim, é certo que, em determinadas circunstâncias, a exemplo da sala de aula, o falante dominante, no caso, o professor, tem a opção de escolher entre dois caminhos distintos que suas falas podem tomar, ao passo que na mesma situação, o falante não dominante, no caso, o aluno, não possui essa possibilidade de escolha.

Mais especificamente, em relação à escolha do tom, o participante dominante tem o direito de optar por um tom (p) ou (p+) quando ele deseja proferir um tom proclamador, e a opção de escolher entre um tom (r) ou (r+) quando ele decide por proferir um tom referente (BRAZIL, 1985, p. 130).

Esse direito de escolha restringe-se unicamente à figura do professor, que situa-se como falante dominante dentro de sala de aula, não podendo jamais esse direito à escolha ser estendido ao aluno, que é tido como falante não dominante dentro da situação de sala de aula.

Com isso, queremos apenas ressaltar que o professor, na posição de falante dominante, tem condições de produzir uma distinção de significado que o aluno, na posição de falante não dominante, não pode fazer.

Portanto, se os tons acrescidos do sinal (+) pertencem exclusivamente ao repertório do falante dominante, então a escolha por tons acrescidos do sinal (+), a qualquer momento, servirá especificamente para projetar um contexto de interação no qual o professor se torna o falante dominante da situação (BRAZIL, 1985, p. 131).

A escolha pela utilização de um tom (r+) pode acarretar uma situação na qual o professor, no seu papel de falante dominante, projeta uma suposição de conhecimento partilhado, na qual ele poderá ou não sobrepôr o incremento do valor comunicativo denominado dominância.

Essa dominância favorece à proliferação de casos em que a fala dominante tem a capacidade de exercer uma pressão sobre o outro participante do discurso, ou seja, o domínio de determinado falante dentro de um discurso pode levar o outro participante desse discurso a ter uma participação maior ou menor, ou, ainda, levá-lo a falar ou calar.

De volta à autoria, temos que, a partir da percepção pelo falante do seu interlocutor, em maior ou menor grau, o enunciado se caracterizara por possuir uma autenticidade especial. Da mesma forma, o direcionamento do enunciado a um destinatário, ou seja, a um ouvinte, torna esse enunciado autoral na medida que revela, de forma específica, a dependência do estilo em razão a uma determinada sensação de compreensão do destinatário por parte do falante. Portanto, podemos dizer que autoria se caracteriza, essencialmente, pelo cuidado que o falante tem com o seu ouvinte.

Dessa forma, se autoria pode ser caracterizada pelo cuidado do falante com o ouvinte, então, podemos identificar indícios de autoria por meio da investigação de casos nos quais a presença de tons dominantes no discurso do professor/falante se manifesta como forma de levar o outro a falar, podendo o professor/autor/falante decidir sobre a participação ativa responsiva do seu respectivo aluno/ouvinte.

A exemplo do que acabamos de dizer, temos que a escolha pela utilização de um tom referente (r) pode soar indiferente e, portanto, sem autoria, ao passo que a escolha pela utilização de um tom referente dominante (r+), contrastando com o primeiro tom eleito, soa mais de acordo com a comunicação de quem busca por informação, exigindo a participação do outro, ou seja, do ouvinte.

Essa busca pela informação que o ouvinte tem a dizer assemelha-se à ideia de direcionamento do enunciado a um destinatário, cuja compreensão de sua existência é identificada pelo autor/falante.

A proposta de explicação para a identificação sobre o que caracteriza a presença da autoria na prosódia exige que nos demos conta não da relação institucionalizada entre professor e aluno, mas da postura adotada pelo professor/autor/falante no momento da enunciação, ou seja, no aqui e agora, como participante e responsável pela promoção dessa interação.

Precisamos considerar o efeito combinado do professor/autor/falante ao fazer uso simultaneamente de uma forma interrogativa e fazer uma reivindicação com a finalidade de controlar o discurso, adotando o papel de dominante do discurso. O que temos que reconhecer é que o professor/autor/falante tem a opção de reforçar o seu papel de pessoa que está determinando o que acontecerá em seguida ao mesmo tempo em que ele solicita uma informação.

A diferença entre recorrer a um tom referente (r) ou referente dominante (r+) está apenas em verificar a habilidade do professor/autor/falante em exercer controle sobre o que o seu aluno/ouvinte fará a partir de uma pergunta, que pode ser, ou não, acompanhada do uso da entoação que caracteriza a tomada de atenção para o que este professor/autor/falante tem a intenção de promover no seu aluno/ouvinte com o seu discurso.

Da mesma forma, podemos relacionar essa utilização da entoação que caracteriza a tomada de atenção para o que o professor/autor/falante pretende com o seu discurso, com elementos que sugerem indícios de autoria, como é o caso do autor/falante que, ao idealizar o seu interlocutor e direcionar o seu discurso para o mesmo, acaba por induzir o seu ouvinte/interlocutor a assumir uma posição de resposta ativa responsiva.

Assim, podemos afirmar que, de fato, o que resulta do ato de assumir uma posição dominante é o reconhecimento autêntico de que o autor/falante está lembrando ao seu ouvinte um aspecto do controle do discurso, que é a capacidade de intervir e redimensionar o mapa de convergência do conhecimento partilhado na interação, uma vez que ao adotar um tom referente dominante (r+), o professor/autor/falante deixa mais claro para o seu aluno/ouvinte o que ele tem a intenção de fazer a partir de sua intervenção.

Ao adotar um tom referente dominante (r+), o professor/autor/falante assume um papel de mediador do discurso, o que sugere um maior cuidado, ou maior atenção, com o seu aluno/ouvinte e, conseqüentemente, esse discurso passa a ter uma nova roupagem e, portanto, autoria.

Quanto ao uso da combinação de uma posição dominante (+) com um tom proclamador (p), pouco temos a adicionar, nos restringindo, simplesmente, a estabelecer uma relação com o que já foi mencionado em nossos últimos parágrafos. Isto é, se o controle do discurso inclui a capacidade de decidir sobre a maneira como a percepção de mundo do falante e do ouvinte devem ser consideradas relacionadas, isso significa que aí estará inclusa a capacidade do professor/autor/falante em poder alterar a sua própria percepção de mundo sobre a forma como os eventos externos recaem sobre ele.

Por meio da utilização do tom proclamador não dominante (p), não há como identificar se o falante anuncia uma informação da qual ele já tinha conhecimento há algum tempo, ou se trata de algo que esse falante só agora chegou a dar conta, perceber. Ao fazer uso do tom proclamador dominante (p+), o professor/autor/falante é ouvido como se estivesse a anunciar o fato no exato momento de sua descoberta, o que sugere a própria formulação da ideia por si mesmo, imprimindo um tom de autoria ao seu discurso.

A maioria dos tons proclamadores dominantes (p+) encontrados em enunciados e em discursos ouvidos ocorrem em situações nas quais o tom dominante serve para marcar o momento, ou seja, o aqui e o agora da modificação da percepção de mundo do falante (BRAZIL, 1985, p. 150).

Assim, a indicação aberta de que esse professor/autor/falante pode estar usando uma prerrogativa do tom dominante para alterar o estado de percepção de mundo – e, portanto, o espaço que acomoda a percepção de mundo de ambos, professor/autor/falante e aluno/ouvinte – fornece à expressão do enunciado um significado singular e dotado de autoria.

Essa é apenas outra maneira de dizer que a escolha do tom dominante deixa evidente a intenção do falante em poder controlar o discurso. Dessa forma, o professor/autor/falante é capaz de registrar sua própria observação e, ao mesmo tempo, indicar se ele espera, ou não, retorno de qualquer tipo que seja.

Uma vez tendo estabelecido as relações entre autoria e prosódia e prosódia e autoria, sucessivamente, passemos, agora, à sala de aula. Buscamos identificar de que maneira autoria versus prosódia se faz presente em sala de aula e qual a importância dessa relação para a linguagem e para o ensino e a aprendizagem, respectivamente, bem como para uma provável melhoria na relação de interação entre professor e aluno em sala de aula.

No livro intitulado *Discourse intonation and language teaching* (1981), onde encontramos uma discussão sobre fatores relacionados à linguagem utilizada no ensino em sala de aula, observamos que seus autores sinalizam que uma boa parte dos recentes estudos sobre a relação estabelecida entre semântica e pragmática, nomeadamente estudos da natureza do discurso, lança uma impressionante quantidade de dúvidas sobre a possibilidade de determinar o valor pragmático ou comunicativo por meio da análise de enunciações isoladas.

Os autores da referida obra nos dizem que a interpretação do valor embutido em um discurso depende da interação estabelecida entre falantes e ouvintes, depende, sobretudo, de como esses falantes e ouvintes desenvolvem determinados significados em determinados contextos, já que, diferentes contextos discursivos podem estar impregnados de sentenças iguais com valores diferentes.

Entretanto, isso não significa dizer que falantes e ouvintes não possuam outras indicações que os façam buscar o significado comunicativo dos enunciados no contexto, mas, simplesmente, que os sinais que eles precisam identificar são de uma ordem diferente daqueles que eles foram levados a buscar em sentenças isoladas.

Percebe-se que o silêncio que indica a unidade tonal e, mais precisamente, a extensão desse silêncio apresenta-se no discurso como uma maneira de agonizar (até mesmo sintaticamente) o discurso a ser proferido. Confirma essa perspectiva a percepção que temos da nossa própria entoação e o sentido que ela produz (algumas vezes diferente do sentido interpretado).

A importância central nos estudos desenvolvidos por esses pesquisadores fundamenta-se na premissa da observação da linguagem enquanto discurso comunicativo, na qual o valor do enunciado depende, crucialmente, da função interativa que o discurso adquire, tendo que recorrer a um sistema de análise entoacional que diferencie uma análise mais apropriada da linguagem da análise puramente semântica e sintática da linguagem.

A abordagem de Brazil, Coulthard e Johns (1981) se baseia, inicialmente, na observação do falante e de sua mensagem, ou seja, na informação que o falante deseja transmitir e de que forma este falante pode fazer uso das características entoacionais a fim de sinalizar tal informação para o seu ouvinte.

O que nos interessa observar no mencionado estudo, é o fato de os autores afirmarem que professores são capazes de fazer diferentes escolhas entoacionais quando desejam se dirigir aos alunos enquanto indivíduos e quando desejam se dirigir aos alunos enquanto aprendizes.

No último caso, para os autores, os professores costumam utilizar-se de uma orientação oblíqua para transmitir os dados, ao passo que, no primeiro caso, os professores costumam utilizar-se de uma orientação direcionada ao indivíduo aluno como coparticipante da comunicação na transmissão dos dados.

O estudo mostra que a localização de um núcleo entoacional está dotada de diferentes significados, além de ter a função de indicar o que é informação nova e o que é informação dada dentro do contexto linguístico.

Dessa forma, a descrição da entoação é entendida como um aspecto próprio da descrição da entoação baseada no argumento de que as escolhas entoacionais transmitem informações sobre a estrutura da interação, da relação entre a função do discurso e das expressões individuais, da interação entre a informação dada e a informação nova e do estado de convergência e divergência entre os participantes do discurso (BRAZIL, COULTHARD e JOHNS, 1981, p. 11).

Da mesma forma, Bakhtin (2003) também faz referência ao texto “dado” e ao texto “criado”, quando estabelece que a autoria ocorre a partir da congruência de dois polos. O primeiro polo ou elemento diz respeito a tudo que pode ser repetido e reproduzido, ou seja, tudo que pode ser dado fora do texto. Já o segundo polo não está vinculado a elementos repetíveis do sistema da língua, os signos, mas se trata do próprio texto em si.

Esse segundo polo é indissolúvelmente ligado ao elemento da autoria e não tem nada em comum com a singularidade natural e causal; [...] É realizado por um contexto genuíno, embora seja acrescido de elementos naturais. A relatividade de todas as fronteiras (por exemplo, para onde se dirige o timbre da voz do leitor, do falante, etc.). A mudança das funções determina igualmente a mudança das fronteiras (BAKHTIN, 2003, p. 310).

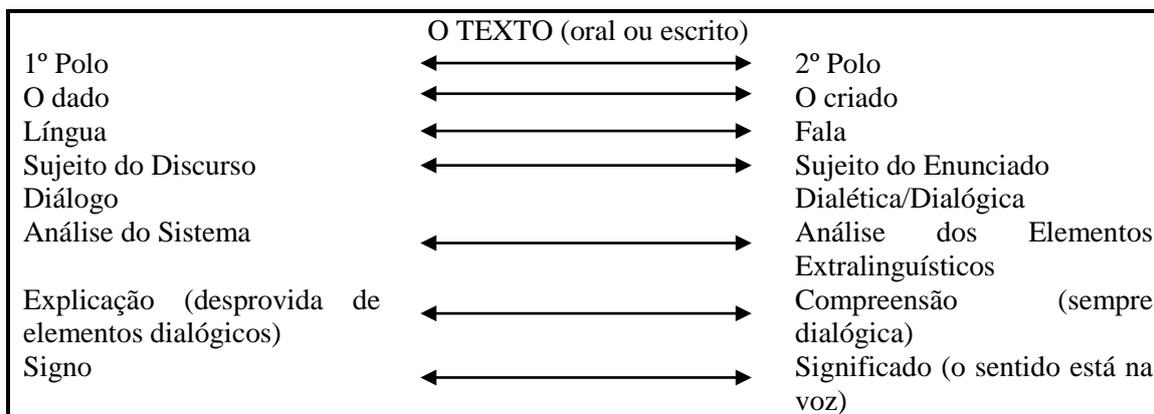
Para o referido autor a reprodução de um texto por um sujeito “é um acontecimento novo e singular na vida do texto”, o estabelecimento de um novo elo na comunicação discursiva, uma vez que trata-se de “um encontro de dois textos – do texto pronto e do texto a ser criado”, é, portanto, “o encontro de dois sujeitos, de dois autores” (BAKHTIN, 2003, p. 311).

5 Autoria e prosódia: um diálogo possível

A autoria, para Bakhtin (2003), está ligada à retomada do texto a uma nova execução do mesmo. Essa retomada do texto inicial é um acontecimento novo e singular, uma vez que não existe um potencial “texto único” nos textos. A essência do texto se desenvolve na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos, o encontro do texto pronto, do texto dado, com o texto a ser criado, ou seja, com o texto novo.

E, esse encontro decorre da linguagem utilizada pelo autor do enunciado, o que se torna o acontecimento singular do texto. Para Bakhtin (2003), o enunciado é composto por elementos extralinguísticos, que penetram no interior do enunciado. Dessa forma, “é como se todo o dado se recriasse no criado” (BAKHTIN, 2003, p. 326), sofrendo transformações em seu interior refletidas em sua expressão.

Portanto, para Bakhtin (2003), a autoria se faz presente na comunhão do primeiro polo com o segundo polo, mais especificamente, na atuação do segundo polo sobre o primeiro polo. Assim, temos representado no Quadro 4 as relações estabelecidas entre o 1º Polo (o texto dado) e o 2º Polo (o texto criado), segundo a concepção de Bakhtin (2003).



Quadro 1 – 1ª Polo (texto dado) e 2ª Polo (texto criado), Bakhtin (2003).

Os discursos proferidos com base no 1º Polo, são, em geral, filiados ao conceito de discurso significativo de que trata Bakhtin. No outro extremo, o 2º Polo, percebemos um discurso afeito ao postulado pelo autor como apreciativo. No primeiro, significativo, o falante distancia-se do texto e trata-o como informação; no segundo, apreciativo, o texto é tido como elemento do conhecimento do falante e sobre o qual ele (o falante/locutor) posiciona-se tanto a favor quanto contra, isso indica sua autoridade e, por conseguinte, sua autoria, no discurso.

Ao passo que a autoria se evidencia por meio da atuação do segundo polo sobre o primeiro polo, a prosódia diz respeito a relação que se estabelece entre os elementos vinculados ao segundo polo. Trata-se do significado, do sentido sendo veiculado pela voz, que leva a compreensão, por meio da análise dos elementos extralinguísticos da fala expressa pelo sujeito do enunciado. A prosódia está no enunciado criado pelo sujeito autor a partir de um texto dado.

No contexto da sala de aula, o texto dado diz respeito ao conteúdo que deve ser transmitido pelo professor, que, por sua vez, é o sujeito e, ao mesmo tempo, um potencial autor desse enunciado. O enunciado criado se constitui a partir das escolhas entoacionais feitas pelo sujeito do enunciado na tentativa de construir no seu ouvinte uma compreensão responsiva ativa em relação ao seu conjunto discursivo.

Essa compreensão responsiva ativa do ouvinte/aluno está relacionada às escolhas entoacionais feitas pelo falante/professor. Tais escolhas entoacionais determinam o estado de convergência entre o professor/falante e o aluno/ouvinte. Uma vez que toda escolha entoacional depende, fundamentalmente, da avaliação que o professor/falante faz sobre o estado e o alcance do conhecimento partilhado entre ele e seu aluno/ouvinte.

Com base nessa avaliação sobre o conhecimento partilhado existente entre professor/falante e aluno/ouvinte, o professor irá estabelecer suas escolhas. Essas escolhas podem seguir em duas direções opostas. O professor pode simplesmente transmitir o conteúdo de maneira a expressar o que o texto diz, como pode, ao contrário disso, transmitir uma informação criada, na qual o professor interpreta o conteúdo, ampliando o espaço de convergência entre professor e aluno, a partir do momento em que ele transmite, não o texto em si, mas o que o texto quer dizer, significar.

Para transmitir essa informação, o professor possui duas formas de orientação: o professor/falante pode optar por uma orientação direcionada da informação, na qual ele se dirige ao seu aluno/ouvinte com a finalidade de fazer suas escolhas entoacionais baseado no entendimento que ele possui do estado de convergência entre ele e seu aluno, gerando um discurso apreciativo ou, o professor/falante pode optar por uma orientação oblíqua da informação, na qual ele se direciona não ao seu aluno/ouvinte ou ao estado de convergência existente entre eles, mas à linguagem do enunciado, o que resulta num discurso significativo.

A orientação direcionada, ou seja, a utilização de um discurso apreciativo leva o professor/falante a fazer escolhas entre tons referentes (r) e proclamadores (p), porém, sempre dominantes, ao passo que a orientação oblíqua, ou seja, a utilização de um discurso significativo leva o professor/falante a fazer escolhas entre tons referentes (r), proclamadores (p) e neutros (0) não dominantes.

Sendo assim, podemos dizer que a autoria na sala de aula acontece na medida em que o professor opta por um discurso apreciativo apresentado sob forma de uma orientação direcionada da informação que deseja transmitir.

6 Considerações finais

Procuramos, em nossas análises, mostrar que é possível pensar a autoria enquanto um propósito discursivo vinculado ao processo de conscientização sobre a importância de se pensar o próprio 'projeto de dizer', o que pode ser realizado por meio da observação dos aspectos prosódicos.

Ao concluir nossas análises, constatamos que, ao longo do processo de impressão da autoria por meio da utilização de recursos prosódicos, recorre-se, constantemente, a processos paralinguísticos, suprasegmentais e aos efeitos de sentido produzidos nesses movimentos.

Nessa afirmação, fica pressuposta a concepção de que o sujeito, concebido na interação com o outro, constitui sua linguagem no evento enunciativo, sendo atribuído a ele o papel criativo no processo de construção de sentido. Observou-se, assim, que é possível, por meio da utilização de uma entoação expressiva, imprimir um 'projeto de dizer'.

o resultado é uma luta incessante dos acentos em cada área semântica da existência. Não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim, sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias (BAKHTIN, 1990, p. 136).

Com base na proposta de que o estudo da língua como tal só é possível se integrada a uma teoria da enunciação, reforçamos a afirmação de Bakhtin (1990), indicando uma metodologia sobre como articular, dentro de uma análise dos fenômenos da linguagem, o estudo da linguística a dados da enunciação concreta, dados estes que identificamos neste trabalho como os 'tons' propriamente ditos, advindos da Teoria Interacional da Entoação proposta por Brazil (1981 e 1985).

No interior de cada enunciação, o sujeito assume pontos de vista e interesses, imprimindo ao seu discurso um certo modo de dizer-se, expressar-se, sempre com a finalidade de levar adiante o seu querer dizer, ao mesmo tempo que não deixa de lado a compreensão do excedente de visão, no qual nos constituímos tanto a partir do que experienciamos sobre o outro quanto em relação a nós mesmos.

Ao se tornar autor do próprio discurso, o professor imprime um registro da sua intencionalidade na fala. Ao mencionar ou discutir um conteúdo, remete à entoação as intenções de sua fala, que vão se tornando cada vez mais presentes.

A impressão da própria intencionalidade por meio de recursos prosódicos fica visível ao autor do discurso no momento em que ele se dá conta do sentido que constrói ao longo de sua enunciação, quando acaba por proferir o que optamos por categorizar de discurso apreciativo.

O novo texto passa a fazer sentido a partir do momento em que o professor/locutor escuta o que é dito pela própria voz no processo de criação e interpretação, ou seja, no aqui e agora do momento de sua enunciação, o que é protagonizado pela produção do discurso apreciativo, mesmo tendo a consciência de que, para afirmar o que sabe, precisa recorrer a um conteúdo institucionalizado, ou seja, um discurso significativo.

A partir desse conhecimento institucionalizado, o professor tem o poder de se utilizar das palavras, no domínio da expressão verbal, no ato de sua fala, como um poderoso instrumento que lhe pode assegurar um grau maior ou menor de autonomia ao proferir um discurso, uma vez que a autoria se faz presente na comunhão do texto original e do texto do próprio autor no ato de sua fala por intermédio de um posicionamento diante do dito.

O representado pela voz do locutor, marcando seus atos da fala, torna-se essencial para a produção da interação em sala de aula, já que é responsabilidade da intencionalidade bem marcada no texto manter o contacto com o interlocutor, levando o professor/locutor e o aluno/interlocutor a uma interação autêntica que, por sua vez, determina a autoria na voz do professor/locutor/autor.

A prosódia nos mostra que, como já dizia Bakhtin, a produção discursiva dos locutores é uma retransmissão do saber e do conhecimento já dado, majoritariamente. Com isso, resta ao locutor a oportunidade apenas esporádica (ou, pelo menos, menos frequente) de expressar-se como autor.

Assim, no processo de identificação da autoria no contexto acadêmico, apresenta-se uma recorrência maior do discurso significativo e, portanto, entendemos que o professor/locutor, na verdade, mais reproduz do que produz conhecimento.

Verificamos indícios de autoria por meio da inserção da imagem que o locutor faz do sujeito, o qual dirige o seu falar, em seu discurso, fazendo resultar numa disputa de tentativa de construção de sentidos, que seja, ao mesmo tempo, expressiva tanto para o locutor como para o seu interlocutor.

Acreditamos, que esse movimento revela um retorno do sujeito ao seu próprio discurso, evidenciando gestos particulares em defesa da construção de um projeto de discurso que esteja direcionado ao seu ouvinte.

Como na história, um sistema de pensamento nasce de um outro sistema, é a relatividade deste desaparecimento que as relações entre professores alunos e conhecimento podem indicar. Afinal, como enfatiza Bakhtin (2003), “o pensamento nasce no pensamento do outro, impregnado do outro e todo signo festeja sua ressurreição”. Por isso é salutar enxergar que é da estabilidade das estruturas com a instabilidade das ações enunciativas extralinguísticas que se tece a diferença.

Do nosso ponto de vista, nesse processo, o sujeito se singulariza por um gesto diferente de construir o seu texto, fazendo escolhas em função das quais se produzem certas apreciações. É certo que alternativas existem, mas estas se apresentam, nas condições de produção dadas, como mais adequadas ao trabalho de busca de unidade (mesmo que ilusória) do texto.

Assim, compreendemos o trabalho ativo e inventivo do sujeito na linguagem, trabalho que, na relação com o outro e com outros discursos, não pode ser visto como resultado de uma vontade deliberada do sujeito que enuncia, mas orientado por posições histórica e contextualmente situadas.

É por meio da linguagem utilizada pelo professor/locutor que o aluno/ouvinte é capaz de estabelecer uma estrutura para o aprendizado consciente e organizado, ao passo que, simultaneamente, o professor fornece situações e oportunidades para uma futura aquisição mais intuitiva do conteúdo por parte do aluno.

O professor/locutor precisa do texto guia como forma de validar o seu saber, no entanto, o professor/locutor/autor tem a capacidade de, por meio da sua intencionalidade impressa em sua oralização, associada a um direcionamento do seu discurso, transformar a apresentação, muitas vezes fatigante, de um conteúdo em um discurso estimulante e de valor significativo para quem chega a apreciá-lo.

As análises sugerem, numa certa medida, que se promova uma integralização dos estudos envolvendo a prosódia em cursos de graduação de Ensino Superior, particularmente os que trabalhem essencialmente com a comunicação. Esta parece ser uma via possível de se pensar a questão da autoria não apenas como correlata de uma obra.

A utilização de aspectos prosódicos identificados enquanto indício de autoria no discurso acadêmico decorre, sobretudo, de um investimento do sujeito/professor/locutor/autor que, em função de uma formação discursiva e ideológica, particulariza as ações que o constituem autor de seu próprio discurso numa dada enunciação.

A partir dessa compreensão, admite-se que os recursos expressivos apreciativos são agenciados em função de uma atividade do sujeito/professor na construção de sua autoria.

Acreditamos que, no discurso acadêmico, a palavra dita só é efetivamente ouvida e compreendida quando há uma intenção e, conseqüentemente, quando essa intenção se expressa pela marca da entoação que é empregada a partir da impressão dos elementos prosódicos que lhe são conferidos.

Assim, sugerimos que a prosódia passe a ser uma questão mais bem trabalhada em pesquisas e artigos científicos, não restringindo sua atenção apenas à vinculação de aspectos fonéticos e fonológicos, como também que sua análise possa ser observada sob um ponto de vista mais pragmático.

Dessa forma, acreditamos ter respondido as perguntas apresentadas no início do nosso trabalho, com as quais buscamos investigar meios que nos fornecessem subsídios para a identificação da autoria no discurso acadêmico por meio da observação de elementos prosódicos na fala do professor.

7 Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BRAZIL, David. **The communicative value of intonation in english**. Birmingham: English language research, 1985.

BRAZIL, David; COULTHARD, Malcolm; JOHNS, Catherine. **Discourse intonation and language teaching**. London: Longman, 1981.